



As Bibliotecas Europeias e os Desafios da Edição Eletrónica

A sociedade está à beira de enormes mudanças. A transformação dos media e do mercado da informação é um dos seus maiores desafios. É uma oportunidade e ao mesmo tempo uma ameaça para a Europa.

A tarefa dos políticos Europeus é de garantir livre acesso à informação, à educação, à cultura, ao lazer e aos conteúdos a todos os cidadãos, através de serviços públicos. Um mercado só pode inovar e ser competitivo se contar com cidadãos educados e bem informados.

Neste contexto, as bibliotecas garantem o livre acesso aos conteúdos, à informação e à cultura a todos os cidadãos Europeus. No entanto, o actual quadro jurídico impede-as de cumprir essas missões essenciais à nossa sociedade na era digital, especialmente em relação ao desenvolvimento do mercado do livro electrónico.

1. Devido ao esgotamento dos direitos de distribuição a seguir à primeira venda, as bibliotecas podem comprar as obras publicadas, por exemplo livros, a uma livraria, e emprestar os exemplares aos seus utilizadores. As acções da biblioteca não interferem com os direitos do autor (ou outros detentores de direitos). Consequentemente, as bibliotecas decidem, de acordo com a sua política de aquisições, quais os livros a comprar e a emprestar ao público.
2. Por outro lado, como o empréstimo electrónico é um serviço, o conceito de esgotamento não se aplica, e as bibliotecas só podem adquirir o objecto digital, o livro electrónico ou a revista electrónica, por intermédio de uma licença concedida pelo autor (ou por outros detentores de direitos). Os detentores de direitos são livres de decidir se querem permitir o acesso a uma obra específica, e decidir as condições desse acesso. A consequência disto é que a política de aquisições pode ser decidida pelo editor e já não pelas bibliotecas.
3. É uma mudança significativa, e a nosso ver inaceitável, que a política de aquisições das bibliotecas e o livre acesso dos cidadãos europeus possa ser decidida pelos editores. O desafio consiste em encontrar soluções para este problema.

Por consequência, a EBLIDA sugere:

- a. Um memorando de entendimento com a Federação dos Editores Europeus, com vista a um "Justo Modelo de Licenciamento";
- b. Uma actualização do regime de direito de autor para livros electrónicos, empréstimo electrónico e conteúdos digitais, a fim de permitir que as bibliotecas continuem a servir o conjunto dos cidadãos da Europa.